

O(À) PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CHAMADA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DOS PERDÕES – SP

Ref.: IMPUGNAÇÃO À CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2026 – PNAE

COAAFACT – COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DOS ASSENTADOS DA FAZENDA CONQUISTA DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.952.035/0001-20, com sede no Município de Tremembé/SP, neste ato representada por sua Presidente (ou representante legal) infra-assinada, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, com fundamento na legislação do PNAE, na normativa do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF e no próprio Edital da Chamada Pública nº 01/2026, apresentar a presente

IMPUGNAÇÃO

em face do julgamento da Chamada Pública em epígrafe, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

I – DOS FATOS

A Chamada Pública nº 01/2026, promovida pelo Município de Bom Jesus dos Perdões/SP, teve por objeto a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, para atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. No âmbito desse certame, a COAAFACT apresentou Projeto de Venda contemplando 28 itens, dentre os quais banana nanica, alface crespa, cebola nacional, cenoura, pepino comum, pimentão verde, batata doce, espinafre, rúcula, limão, maracujá e geleia sem açúcar, no valor global de R\$ 228.966,70, com fornecimento por 96 agricultores familiares assentados, todos enquadrados na Lei nº 11.326/2006 e com DAP/CAF física, além da CAF Jurídica nº SP052024.02.000002578CAF.

Ocorre que, conforme se constata da Ata de Julgamento da sessão realizada em 31/03/2026 da Chamada Pública nº 01/2026, diversos produtos constantes do Projeto de Venda da COAAFACT foram parcial ou majoritariamente adjudicados a outras cooperativas estaduais – notadamente à Cooperativa Mista Agropecuária de Capão Bonito (CNPJ 11.740.663/0001-69) e à COOPPAF – Cooperativa de Pescadores e Produtores da Agricultura Familiar (CNPJ 17.988.427/0001-42) – reduzindo de forma significativa a participação da COAAFACT no fornecimento, embora todas estejam enquadradas, pelo próprio edital, como grupos formais da Região Geográfica Estadual – Produto não orgânico.

A título exemplificativo, a Ata revela que para produtos como banana nanica, alface crespa, cebola nacional, cenoura, pepino comum, pimentão verde e geleia sem açúcar, todos incluídos no Projeto da COAAFACT, houve fracionamento e concentração de volumes em favor das cooperativas estaduais mencionadas, ainda que estas não sejam compostas integralmente por agricultores com CAF ativa nem, muito menos, por assentados de reforma agrária, ao contrário da COAAFACT.

Tal distribuição de itens e quantitativos afronta o próprio critério de classificação e priorização entre grupos formais estaduais previsto no edital e na normativa do CAF, como se demonstrará a seguir.

COAAFACT – COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DOS ASSENTADOS DA FAZENDA CONQUISTA DE TREMEMBÉ-SP
ENDEREÇO: RUA SANTA TEREZINHA Nº 11, ASSENTAMENTO CONQUISTA, TREMEMBÉ-SP, CEP:12120-404
EMAIL: COOPTREMEMBE@HOTMAIL.COM TEL: (12)992205412
PRESIDENTE: SANDRO SILVANTOS CAVINI

II – DO ENQUADRAMENTO PELA REGIÃO GEOGRÁFICA ESTADUAL E PELO GRUPO PRIORITÁRIO DO CAF

O Edital da Chamada Pública nº 01/2026 estabelece, em consonância com as diretrizes do PNAE e da política nacional para a agricultura familiar, que a seleção das propostas de grupos formais deve observar, inicialmente, a abrangência geográfica (local, regional, estadual, nacional) e, no âmbito de uma mesma abrangência, a prioridade para empreendimentos formados por agricultores familiares pertencentes ao público prioritário – assentados da reforma agrária, comunidades quilombolas, povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais –, conforme enquadramento no CAF.

No caso concreto, a COAAFACT, a COOPPAF e a Cooperativa Mista Agropecuária de Capão Bonito foram todas classificadas como grupos formais da Região Geográfica Estadual – produtos não orgânicos, de modo que, entre elas, o critério decisivo de priorização deve ser o do público prioritário aferido pelo CAF, e não apenas o preço ou outros fatores secundários.

III – DA PROVA DOCUMENTAL DO PERFIL DE CADA COOPERATIVA SEGUNDO O CAF

A COAAFACT possui CAF Jurídica nº SP052024.02.000002578CAF, expedida em 2024, na qual consta expressamente que o empreendimento é composto por 96 associados, todos enquadrados na Lei nº 11.326/2006, vinculados ao Assentamento Fazenda Conquista, Município de Tremembé/SP. No campo “Resultado Composição Societária”, registra-se que 96 associados possuem inscrição ativa no CAF e 0 (zero) não possuem CAF, evidenciando tratar-se de grupo formal 100% cafiano e 100% assentado, pertencente integralmente ao público prioritário.

A COOPPAF, por sua vez, conforme extrato da CAF Jurídica nº SP**..01907CAF, possui 175 associados, dos quais 163 possuem CAF física ativa e 12 não possuem CAF, correspondendo a 93,14% de sócios com CAF e 6,86% sem CAF. A composição por categorias de agricultores familiares indica 161 assentados PNRA (92%), 1 quilombola (0,57%) e 1 indígena (0,57%), não havendo registro na categoria “nenhuma opção”, o que a caracteriza como empreendimento estadual amplamente formado por público prioritário, embora não seja 100% cafiano, justamente em razão da existência de 12 associados sem CAF.

Diferente é a situação da Cooperativa Mista Agropecuária de Capão Bonito, cuja CAF Jurídica (SP**..02259CAF) demonstra que, de um total de 186 associados, 183 possuem CAF física ativa e 3 não possuem CAF, isto é, também não se trata de grupo 100% cafiano. Mais grave, porém, é a composição por categorias de agricultores familiares: apenas 42 associados (22,58%) são assentados do PNRA, enquanto 132 associados (70,97%) constam na categoria “nenhuma opção”, ou seja, não se enquadram como assentados, beneficiários do PNCF, quilombolas, indígenas ou demais povos e comunidades tradicionais, evidenciando que o empreendimento é predominantemente formado por agricultores familiares em sentido amplo, e não por público prioritário.

Assim, à luz dos extratos do CAF, tem-se o seguinte quadro objetivo, dentro da mesma categoria “Região Geográfica Estadual – Grupo formal – Produto não orgânico”:

Cooperativa	Total sócios	Com CAF	Sem CAF	% com CAF	Assentados PNRA	% assentados	“Nenhuma opção”
COAAFACT	96	96	0	100%	96	100%	0
COOPPAF	175	163	12	93,14%	161	92%	0
Coop. Mista Agropecuária de Capão Bonito	186	183	3	98,39%	42	22,58%	132 (70,97%)

Dessa forma, somente a COAAFACT se caracteriza como empreendimento estadual integralmente cafiano e integralmente formado por público prioritário (assentados); a COOPPAF, embora fortemente prioritária, não é 100% cafiana; e a Cooperativa Mista Agropecuária de Capão Bonito, além de não ser 100% cafiana, apresenta maioria absoluta de associados fora do público prioritário, de modo que não poderia, em hipótese alguma, ser colocada em patamar de prioridade equivalente ou superior ao da COAAFACT na alocação de itens e quantitativos.

IV – DA VIOLAÇÃO AO CRITÉRIO DE PRIORIDADE ENTRE GRUPOS FORMAIS ESTADUAIS

À vista do exposto, verificando-se que as três cooperativas em questão concorrem na mesma categoria de abrangência geográfica estadual, a aplicação correta do edital e da normativa do CAF impõe a seguinte ordem de prioridade entre os grupos formais:

COAAFACT – grupo formal estadual composto 100% por assentados com CAF ativa;

COOPPAF – grupo formal estadual composto majoritariamente por assentados, quilombolas e indígenas, porém não 100% cafiano;

Cooperativa Mista Agropecuária de Capão Bonito – grupo formal estadual não prioritário, com apenas 22,58% de assentados e maioria (70,97%) na categoria “nenhuma opção”, além de também não ser 100% cafiano.

Entretanto, a Ata de Julgamento revela que diversos produtos constantes do Projeto de Venda da COAAFACT foram, em vez de alocados preferencialmente à cooperativa de assentados 100% cafiana, adjudicados em volumes expressivos à cooperativa estadual menos prioritária (Capão Bonito) e, em alguns casos, ainda à COOPPAF, que tampouco é 100% cafiana. A título ilustrativo, produtos como banana nanica, alface crespa, cenoura, pepino comum, pimentão verde e geleia sem açúcar – todos ofertados pela COAAFACT – tiveram parcelas significativas destinadas a cooperativas estaduais que não possuem composição societária integralmente prioritária, em patente descompasso com o critério de priorização entre grupos formais estaduais.

Tal procedimento desvirtua a finalidade do PNAE e das compras públicas da agricultura familiar, que é justamente garantir mercado institucional preferencial aos empreendimentos compostos por agricultores familiares em situação de maior vulnerabilidade e pertencentes a públicos priorizados em lei e normativa

específica – no caso, os assentados de reforma agrária, comunidades quilombolas, povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais.

V – DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, requer a COAAFACT:

O recebimento e processamento da presente impugnação, com a suspensão dos efeitos do julgamento da Chamada Pública nº 01/2026, no que tange aos itens e quantitativos adjudicados às cooperativas estaduais Cooperativa Mista Agropecuária de Capão Bonito e COOPPAF, até a reavaliação da classificação à luz do critério de grupo prioritário previsto no edital e na normativa do CAF.

A reanálise da distribuição dos itens entre as cooperativas COAAFACT, COOPPAF e Cooperativa Mista Agropecuária de Capão Bonito, todas na categoria “Região Geográfica Estadual – Grupo formal – Produto não orgânico”, de forma a:

- a) reconhecer a COAAFACT como grupo formal estadual de máxima prioridade, por ser constituída integralmente por assentados com CAF ativa (100% cafiana e 100% público prioritário);
- b) atribuir à COOPPAF tratamento compatível com seu perfil de grupo prioritário majoritário, porém não integralmente cafiano;
- c) posicionar a Cooperativa Mista Agropecuária de Capão Bonito em patamar inferior de prioridade, em razão de sua composição societária predominantemente não prioritária e também não 100% cafiana.

A consequente redistribuição dos quantitativos dos produtos constantes do Projeto de Venda da COAAFACT (banana nanica, alface crespa, cebola nacional, cenoura, pepino comum, pimentão verde, geleia sem açúcar e demais itens estaduais), de modo a assegurar à impugnante a adjudicação compatível com sua condição de cooperativa estadual de assentados 100% cafiana, corrigindo-se a concentração injustificada de itens em favor da cooperativa não prioritária de Capão Bonito.

Caso Vossa Senhoria entenda pela impossibilidade de readequação proporcional, a anulação parcial do julgamento quanto aos itens em que houve afronta ao critério de priorização entre grupos formais estaduais, com a realização de nova análise classificatória baseada nos extratos de CAF Jurídica ora acostados.

A notificação formal da decisão a esta cooperativa, no endereço constante do cadastro, bem como a juntada aos autos dos extratos de CAF Jurídica, do Projeto de Venda da COAAFACT e da Ata de Julgamento da Chamada Pública nº 01/2026, como documentos comprobatórios dos fatos aqui narrados.

Termos em que,

Pede deferimento.

Tremembé 08 de abril de 2026

Sandro Silvantos Cavini

Presidente

COAAFACT – Cooperativa Agropecuária dos Assentados da Fazenda Conquista do Município de Tremembé